

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 Nome: EMPRESA DE TRANSMISSÃO DO ALTO URUGUAI S A
 Nire: 33.30028722-1
 Protocolo: 00-2014/407019-7 - 28/11/2014
 CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 02/12/2014. E O REGISTRO SOB O NÚMERO E DATA ABAIXO.
ED33000581-2/000
 DATA: 03/12/2014

Bernardo F. S. Berwanger
 SECRETÁRIO GERAL

00-2014/407019-7 (Atos da Junta Comercial)
 JUCERJA 28 nov 2014 17:19
 3330028722-1 Guia: 101385058
 Atos: 980
 EMPRESA DE TRANSMISSÃO DO ALTO URUGUAI S A
 Cumprir a exigência no mesmo local da entrada. Junta » Calculado: 417,00
 DNRC » Calculado: 0,00
 ULT. ARQ.: 00002651953 29/07/2014 307
 HASH: N14114070197S
 Pago: 417,00
 Pago: 0,00

333.0028722-1 (vide Tabela 1)

1. REQUERIMENTO

ILMO SR. PRESIDENTE DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

NOME: **EMPRESA DE TRANSMISSÃO DO ALTO URUGUAI S.A**
 (da empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

requer a V. Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE.	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
02	980			INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBENTURES

(vide instruções de preenchimento e Tabela 2)

Rio de Janeiro
 28.11.2014
 Local
 Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:
 Nome: **SERGIO ROBERTO RIBEIRO**
 Assinatura: *[Assinatura]*
 Telefone de contato: **25440607**

2. USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR ☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s): **44/11-02/12/2014**

☐ SIM ☐ SIM

5.º T.

Processo em ordem. A decisão.

☐ NÃO ☐ NÃO

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa) 2ª Exigência ☐ 3ª Exigência ☐ 4ª Exigência ☐ 5ª Exigência ☐

☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa) 2ª Exigência ☐ 3ª Exigência ☐ 4ª Exigência ☐ 5ª Exigência ☐

☒ Processo deferido. Publique-se e archive-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

Artur C. Cardozo
 Vogal Jucerja
 Mat. 403-6

Observações:

Bernardo F. S. Berwanger
 Bernardo F. S. Berwanger
 Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
 Empresa: EMPRESA DE TRANSMISSÃO DO ALTO URUGUAI S A
 Nire: 33300287221
 Protocolo: 0020144070197 - 28/11/2014
 CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 02/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
 Autenticação: 2C8957EBA6C694EA02F16EDD64B7914208DF3D49E3E1BF7F68785E067F6F3CE6
 Arquivamento: ED33000581-000/2

034



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA ETAU – EMPRESA DE TRANSMISSÃO DO
1159647ALTO URUGUAI S.A.

Pelo presente instrumento particular, como emissora,

(a) **ETAU – EMPRESA DE TRANSMISSÃO DO ALTO URUGUAI S.A.**, sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Praça XV de Novembro, n.º 20, sala 602 (parte), Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 05.063.294/0001-60, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (“JUCERJA”) sob o NIRE n.º 333.0028722-1, neste ato representada na forma de seu estatuto social (“Emissora” ou “Companhia”);

e, como agente fiduciário representando a comunhão dos titulares das debêntures da primeira emissão pública de debêntures da Emissora (“Debenturistas” e, individualmente, “Debenturista”),

(b) **GDC PARTNERS SERVIÇOS FIDUCIÁRIOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, sociedade limitada com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Avenida Ayrton Senna, n.º 3000, parte 3, bloco Itanhangá, sala 3.105, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 10.749.264/0001-04, neste ato representado na forma de seu contrato social (“Agente Fiduciário”);

vêm, por esta e na melhor forma de direito, celebrar o presente “Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da ETAU – Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.” (“Escritura de Emissão”), que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA AUTORIZAÇÃO

1.1. A presente Escritura de Emissão é celebrada de acordo com a autorização do Conselho de Administração da Emissora, em reunião realizada em 12 de novembro de 2014 (“RCA”), e da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora, realizada em 12 de novembro de 2014 (“AGE”), nas quais foram deliberados e aprovados (i) os termos e

u *ul* *1*

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: EMPRESA DE TRANSMISSAO DO ALTO URUGUAI S A
Nire: 33300287221
Protocolo: 0020144070197 - 28/11/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 02/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 2C8957EBA6C694EA02F16EDD64B7914208DF3D49E3E1BF7F68785E067F6F3CE6
Arquivamento: ED33000581-000/2



1159648

condições da Emissão (conforme a seguir definido) e das debêntures da primeira emissão da Emissora, conforme disposto no artigo 59 da Lei n.º 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"); e (ii) a autorização à Diretoria da Companhia para adotar todas e quaisquer medidas, praticar todos os atos e celebrar todos os documentos necessários à efetivação das deliberações consubstanciadas na RCA e na AGE, podendo, inclusive, celebrar a presente Escritura de Emissão e seus aditamentos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS REQUISITOS

A primeira emissão de debêntures simples, ou seja, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, da Emissora ("Debêntures"), para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), e desta Escritura de Emissão ("Emissão" ou "Oferta"), será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1. Dispensa de Registro na Comissão de Valores Mobiliários e Registro na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais

2.1.1. A Emissão será realizada nos termos da Instrução CVM 476 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.

2.1.2. A Emissão será registrada na Associação Brasileira de Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA"), exclusivamente para fins de informar a base de dados, nos termos do parágrafo 1º, inciso I, e do parágrafo 2º, ambos do artigo 1º do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, condicionado à expedição de diretrizes específicas para o cumprimento desta obrigação, até o envio do comunicado de encerramento da oferta.

2.2. Arquivamento na JUCERJA e Publicação da Ata de RCA e AGE

2.2.1. As atas da RCA e da AGE que aprovaram a Emissão serão arquivadas na JUCERJA e publicadas no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no jornal "Valor

ul

2

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: EMPRESA DE TRANSMISSAO DO ALTO URUGUAI S A
Nire: 33300287221
Protocolo: 0020144070197 - 28/11/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 02/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 2C8957EBA6C694EA02F16EDD64B7914208DF3D49E3E1BF7F68785E067F6F3CE6
Arquivamento: ED33000581-000/2



1159649

Econômico", em conformidade com o artigo 62, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações.

2.3. Registro da Escritura de Emissão e de seus Aditamentos

2.3.1. A presente Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos serão registrados na JUCERJA, de acordo com o artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações.

2.4. Registro para Distribuição, Negociação e Custódia Eletrônica

2.4.1. As Debêntures serão registradas para (a) distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), e (b) negociação no mercado secundário por meio do CETIP 21 – Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP 21"), ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição e a negociação liquidadas financeiramente por meio da CETIP e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.4.2. Não obstante o descrito na Cláusula 2.4.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados (conforme definidos abaixo) nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias da data de subscrição ou aquisição pelo investidor, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, e observado ainda o cumprimento pela Emissora ao disposto no artigo 17 da referida instrução.

2.5. Objeto Social da Emissora

2.5.1. A Emissora tem por objeto social (i) a exploração da concessão de serviços públicos de transmissão reativo à linha de transmissão de energia elétrica denominada Campos Novos/Santa Marta 230 kV, bem como das entradas de linhas e instalações associadas à mesma, relativas à adjudicação do resultado do Edital de Leilão nº 002/2002-ANEEL, Lote C, publicado no Diário Oficial da União em 21 de agosto de 2002 ("Linha de Transmissão"); (ii) a prestação de serviços públicos de transmissão de energia elétrica referentes à Linha de Transmissão; (iii) a prestação de serviços acessórios ou correlatos, podendo administrar e/ou incorporar outros sistemas de energia, prestar serviços técnicos de sua especialidade e praticar os demais atos

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: EMPRESA DE TRANSMISSAO DO ALTO URUGUAI S A
Nire: 33300287221
Protocolo: 0020144070197 - 28/11/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 02/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 2C8957EBA6C694EA02F16EDD64B7914208DF3D49E3E1BF7F68785E067F6F3CE6
Arquivamento: ED33000581-000/2

064



1159650

necessários à consecução de seu objeto; e (iv) a participação em outra sociedade como sócia ou acionista, nas condições expressas no estatuto social da Emissora.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Número da Emissão

3.1.1. A presente Emissão representa a primeira emissão de debêntures da Emissora.

3.2. Séries

3.2.1. A Emissão será realizada em série única.

3.3. Valor Total da Emissão

3.3.1. O valor total da Emissão ("Valor Total da Emissão") será de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) na Data de Emissão (conforme definido abaixo).

3.4. Quantidade de Debêntures

3.4.1. Serão emitidas 1.000 (mil) Debêntures.

3.5. Destinação de Recursos

3.5.1. Os recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio da Emissão serão utilizados para (i) distribuição de dividendos já declarados, conforme deliberado na Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 17 de fevereiro de 2014; e (ii) reforço do caixa da Companhia.

3.6. Banco Liquidante e Escriturador Mandatário

3.6.1. O banco liquidante da presente Emissão será o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, Torre Olavo Setúbal, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 60.701.190/0001-04 ("Banco Liquidante"), e a instituição prestadora de serviços de escrituração das Debêntures será o Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria

u d ul

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



Lima, n.º 3400, 10º andar, inscrita no CNPJ sob o n.º 61.194.353/0001-64 ("Escriturador Mandatário").

1159651

3.7. Imunidade de Debenturistas

3.7.1. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante e à Emissora, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

3.7.2. O Debenturista que tenha apresentado documentação comprobatória de sua condição de imunidade ou isenção tributária, nos termos da Cláusula 3.7.1 acima, e que tiver essa condição alterada por disposição normativa, ou por deixar de atender as condições e requisitos porventura prescritos no dispositivo legal aplicável, ou ainda, tiver essa condição questionada por autoridade judicial, fiscal ou regulamentar competente, deverá comunicar esse fato, de forma detalhada e por escrito, à Emissora, com cópia ao Escriturador Mandatário e Banco Liquidante, bem como prestar qualquer informação adicional em relação ao tema que lhe seja solicitada pela Emissora, pelo Escriturador Mandatário e/ou pelo Banco Liquidante.

3.7.3. Mesmo que tenha recebido a documentação referida na Cláusula 3.7.1 acima, e desde que tenha fundamento legal para tanto, fica facultado à Emissora, ao Escriturador Mandatário e/ou ao Banco Liquidante depositar em juízo ou descontar de quaisquer valores relacionados às Debêntures a tributação que entender devida, sem que esse fato possa gerar pretensão indenizatória contra a Emissora, o Escriturador Mandatário e/ou o Banco Liquidante por parte de qualquer Debenturista ou terceiro.

CLÁUSULA QUARTA – DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Regime de Colocação e Plano de Distribuição

4.1.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM 476, sob regime de melhores esforços de colocação, com a intermediação do Banco BNP Paribas Brasil S.A. ("Coordenador Líder"), nos termos do "Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública,



com Esforços Restritos de Distribuição, sob o Regime de Melhores Esforços de Colocação, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, da Primeira Emissão da ETAU – Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A., a ser celebrado entre a Emissora e o Coordenador

1159652 Líder (“Contrato de Distribuição”).

4.1.2. O plano de distribuição seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476, conforme previsto no Contrato de Distribuição. Para tanto, o Coordenador Líder poderá acessar no máximo 75 (setenta e cinco) Investidores Qualificados (conforme definido abaixo), sendo possível a subscrição ou aquisição de Debêntures por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados (conforme abaixo definido).

4.1.3. Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da Oferta, serão considerados investidores qualificados: (a) todos os fundos de investimento, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (b) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no inciso IV do artigo 109 da Instrução da CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, que obrigatoriamente subscreverão e integralizarão, no âmbito da Oferta, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) (“Investidores Qualificados”).

4.1.4. As partes se comprometem a não realizar a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução CVM 476.

4.1.5. A Emissora obriga-se a: (a) não contatar ou fornecer informações acerca da Oferta a qualquer investidor, exceto se previamente acordado com o Coordenador Líder; e (b) informar ao Coordenador Líder até o Dia Útil (conforme definido abaixo) imediatamente subsequente à ocorrência de contato que receba de potenciais investidores que venham a manifestar seu interesse na Oferta, comprometendo-se desde já a não tomar qualquer providência em relação aos referidos potenciais investidores neste período.

4.1.6. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos, sendo que o Coordenador Líder, com expressa e prévia anuência da Emissora, organizará o plano de distribuição das Debêntures nos termos da Instrução CVM 476,

6

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: EMPRESA DE TRANSMISSAO DO ALTO URUGUAI S A
Nire: 33300287221
Protocolo: 0020144070197 - 28/11/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 02/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 2C8957EBA6C694EA02F16EDD64B7914208DF3D49E3E1BF7F68785E067F6F3CE6
Arquivamento: ED33000581-000/2



tendo como público alvo Investidores Qualificados apenas, observado ainda o disposto no artigo 4º da Instrução CVM 476.

1159653 4.1.7. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador Líder aos investidores interessados em adquirir as Debêntures.

4.1.8. Não será constituído fundo de manutenção de liquidez e não será celebrado contrato de estabilização de preços com relação às Debêntures.

4.1.9. Não haverá preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora.

4.1.10. Não será admitida a distribuição parcial das Debêntures.

4.1.11. Na data de subscrição e integralização das Debêntures, os Investidores Qualificados assinarão declaração atestando, entre outros, estarem cientes de que (i) a Oferta não foi registrada perante a CVM; (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável e nesta Escritura de Emissão; e (iii) efetuaram sua própria análise com relação à capacidade de pagamento da Emissora.

4.2. Data de Emissão

4.2.1. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 1 de dezembro de 2014 ("Data de Emissão").

4.3. Valor Nominal Unitário

4.3.1. O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R\$10.000,00 (dez mil reais) ("Valor Nominal Unitário").

4.4. Atualização Monetária do Valor Nominal Unitário

4.4.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente.

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: EMPRESA DE TRANSMISSAO DO ALTO URUGUAI S A
Nire: 33300287221
Protocolo: 0020144070197 - 28/11/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 02/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 2C8957EBA6C694EA02F16EDD64B7914208DF3D49E3E1BF7F68785E067F6F3CE6
Arquivamento: ED33000581-000/2



1159654

4.5. Forma, Conversibilidade e Comprovação da Titularidade das Debêntures

4.5.1. As Debêntures serão da forma nominativa, escritural, sem a emissão de cautela e não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4.5.2. Não serão emitidos certificados representativos das Debêntures. Para todos os fins e efeitos, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador Mandatário. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato em nome do Debenturista expedido pela CETIP, quando as Debêntures estiverem custodiadas na CETIP.

4.6. Espécie

4.6.1. As Debêntures serão da espécie quirografária e não contarão com garantias adicionais.

4.7. Prazo e Forma de Subscrição e Integralização

4.7.1. As Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração (conforme abaixo definido) incidente desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização ("Preço de Subscrição").

4.7.2. As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição, em uma única data, pelo Preço de Subscrição, em moeda corrente nacional, de acordo com as normas de liquidação e procedimentos adotados pela CETIP.

4.8. Prazo e Data de Vencimento

4.8.1. As Debêntures terão prazo de vigência de 5 (cinco) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 1 de dezembro de 2019 ("Data de Vencimento").

4.9. Amortização Programada

4.9.1. O Valor Nominal Unitário será amortizado em uma única parcela, a ser paga na Data de Vencimento das Debêntures, observadas as possibilidades (i) de Resgate Antecipado Facultativo, nos termos da Cláusula 4.13 desta Escritura de Emissão; e (ii)

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: EMPRESA DE TRANSMISSÃO DO ALTO URUGUAI S A
Nire: 33300287221
Protocolo: 0020144070197 - 28/11/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 02/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 2C8957EBA6C694EA02F16EDD64B7914208DF3D49E3E1BF7F68785E067F6F3CE6
Arquivamento: ED33000581-000/2



do vencimento antecipado das Debêntures, nos termos da Cláusula 4.15 desta Escritura de Emissão.

4.10. Remuneração

1159655

4.10.1. As Debêntures farão jus ao pagamento de remuneração correspondente à variação acumulada de 108% (cento e oito por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra grupo”, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, por meio do informativo diário disponível em sua página na internet (www.cetip.com.br), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário, a partir da Data de Emissão ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a respectiva Data de Pagamento da Remuneração.

4.10.2. A Remuneração deverá ser calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VN_e \times (Fator DI - 1)$$

Onde:

J = Valor unitário dos juros remuneratórios, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, devidos no final de cada Período de Capitalização.

VNe = Valor Nominal Unitário ou seu respectivo saldo, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento.

Fator DI = produtório das Taxas DI – Over com uso do percentual aplicado, da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$Fator DI = \prod_{k=1}^n \left(1 + TDI_k \times \frac{p}{100}\right)$$

al

h d



1159656

12/11

Onde:

k = Número de ordem da Taxa DI – Over, variando de 1 (um) até n.

n = Número total de Taxas DI – Over, sendo “n” um número inteiro.

p = 108,00.

TDI_k = Taxa DI – Over de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

Onde:

DI_k = Taxa DI – Over divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais.

O fator resultante da expressão $\left(1 + TDI_k \times \frac{p}{100} \right)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários $\left(1 + TDI_k \times \frac{p}{100} \right)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante do produtório “Fator DI” com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

4.10.3. Para fins de cálculo da Remuneração, define-se “Período de Capitalização” como o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na Data de

12/11

10

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: EMPRESA DE TRANSMISSÃO DO ALTO URUGUAI S A
Nire: 33300287221
Protocolo: 0020144070197 - 28/11/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 02/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 2C8957EBA6C694EA02F16EDD64B7914208DF3D49E3E1BF7F68785E067F6F3CE6
Arquivamento: ED33000581-000/2



1159657

Pagamento da Remuneração seguinte. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade até o vencimento.

4.11. Pagamento da Remuneração

4.11.1. A Remuneração das Debêntures será paga semestralmente, a partir da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 1 de maio de 2015, e os demais pagamentos devidos todo dia 1 dos meses de maio e dezembro de cada ano, até a Data de Vencimento (cada uma, uma "Data de Pagamento da Remuneração"), observadas as possibilidades (i) de Resgate Antecipado Facultativo, nos termos da Cláusula 4.13 desta Escritura de Emissão; e (ii) do vencimento antecipado das Debêntures, nos termos da Cláusula 4.15 desta Escritura de Emissão.

4.11.2. Farão jus à Remuneração aqueles que sejam titulares de Debêntures ao final do Dia Útil anterior a cada Data de Pagamento da Remuneração.

4.12. Repactuação

4.12.1. As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.

4.13. Resgate Antecipado Facultativo

4.13.1. A Emissora poderá, observados os termos e condições estabelecidos a seguir e mediante deliberação em reunião de Conselho de Administração, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo a partir da Data de Emissão, realizar o resgate antecipado total ou parcial das Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo").

4.13.1.1 Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo, os Debenturistas farão jus ao recebimento do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculado *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou Data do Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a Data do Resgate Antecipado Facultativo.

4.13.1.2. O Resgate Antecipado Facultativo somente poderá ocorrer mediante publicação de comunicação dirigida aos Debenturistas a ser divulgada nos termos da Cláusula 4.21.1 abaixo ("Comunicação de Resgate"), ao Agente Fiduciário e à CETIP com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data do efetivo Resgate

u ol



1159658

Antecipado Facultativo a ser implementado pela Emissora ("Data de Resgate Antecipado"). A Data de Resgate Antecipado deverá, obrigatoriamente, ser um Dia Útil. Todas as Debêntures que vierem a ser resgatadas serão liquidadas e canceladas na mesma data.

4.13.2. Na Comunicação de Resgate deverá constar: (i) a Data de Resgate Antecipado; (ii) se o Resgate Antecipado Facultativo será total ou parcial; (iii) a informação de que as Debêntures serão resgatadas pelo seu Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a última Data de Pagamento da Remuneração até a Data de Resgate Antecipado; e (iv) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo.

4.13.3. No caso de Resgate Antecipado Facultativo parcial, será realizado sorteio, conforme o disposto no inciso primeiro do parágrafo segundo do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações, sendo que todas as etapas desse processo tais como habilitação, validação, apuração e quantidades serão realizadas fora do âmbito da CETIP.

4.13.4. No caso de Resgate Antecipado Facultativo de Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, o Resgate Antecipado Facultativo seguirá os procedimentos de liquidação de eventos adotados pela CETIP.

4.13.5. As Debêntures resgatadas pela Emissora, conforme previsto nesta Cláusula 4.13, serão obrigatoriamente canceladas.

4.14. Aquisição Facultativa

4.14.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, a seu exclusivo critério, observadas as restrições de negociação e prazo previsto na Instrução CVM 476 e o disposto no parágrafo 3º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações, adquirir Debêntures em Circulação, as quais poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora ou ser novamente colocadas no mercado, conforme as regras expedidas pela CVM, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora.

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: EMPRESA DE TRANSMISSÃO DO ALTO URUGUAI S A
Nire: 33300287221
Protocolo: 0020144070197 - 28/11/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 02/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 2C8957EBA6C694EA02F16EDD64B7914208DF3D49E3E1BF7F68785E067F6F3CE6
Arquivamento: ED33000581-000/2



4.14.2. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos da Cláusula 4.14.1. acima, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em Circulação.

1159659 4.15. Vencimento Antecipado

4.15.1. As Debêntures e todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão serão consideradas antecipadamente vencidas, tornando-se exigível da Emissora o pagamento do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, e dos demais encargos devidos e não pagos ("Montante Devido Antecipadamente"), na ocorrência das hipóteses descritas nas Cláusulas 4.15.2. e 4.15.3. abaixo, observados os prazos de cura aplicáveis ("Eventos de Vencimento Antecipado").

4.15.2. Eventos de Vencimento Antecipado Automático: Observados os eventuais prazos de cura aplicáveis, a ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nesta Cláusula 4.15.2. acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer aviso extrajudicial, interpelação judicial, notificação prévia à Emissora ou consulta aos Debenturistas ("Eventos de Vencimento Antecipado Automático"):

- (a) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures não sanado no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contado da data do respectivo descumprimento;
- (b) caso ocorra (i) a dissolução ou a liquidação da Emissora; (ii) a decretação de falência da Emissora; (iii) o pedido de autofalência por parte da Emissora; (iv) o pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e não devidamente solucionado, por meio de pagamento ou depósito, rejeição do pedido, suspensão dos efeitos da declaração de falência, ou por outro meio, nos prazos aplicáveis; (v) a apresentação de pedido, por parte da Emissora, de plano de recuperação extrajudicial a seus credores, independentemente de ter sido requerida homologação judicial do referido plano; (vi) o ingresso pela Emissora em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de seu deferimento pelo juiz competente; ou (vii) qualquer

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: EMPRESA DE TRANSMISSAO DO ALTO URUGUAI S A
Nire: 33300287221
Protocolo: 0020144070197 - 28/11/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 02/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 2C8957EBA6C694EA02F16EDD64B7914208DF3D49E3E1BF7F68785E067F6F3CE6
Arquivamento: ED33000581-000/2



1159660

160

evento análogo que caracterize estado de insolvência da Emissora, incluindo acordo de credores, nos termos da legislação aplicável; e

- (c) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações.

4.15.3. Eventos de Vencimento Antecipado Não-Automático: Na ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nesta Cláusula 4.15.3. não sanados no prazo de cura aplicável, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos da Cláusula 4.15.5. abaixo, para deliberar sobre a não declaração de vencimento antecipado das Debêntures, observado o disposto nos itens abaixo ("Eventos de Vencimento Antecipado Não-Automático"):

- (a) decretação de vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigação da Emissora, de caráter financeiro, que envolva o pagamento de quantia igual ou superior, individualmente ou no agregado, a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) ou seu equivalente em outra moeda;
- (b) término antecipado da concessão ou intervenção pelo poder concedente, por qualquer motivo, na prestação do serviço de transmissão de energia elétrica por parte da Emissora, que represente uma redução de 30% (trinta por cento) da receita operacional líquida da Emissora constante de suas últimas demonstrações financeiras consolidadas;
- (c) sentença transitada em julgado prolatada por qualquer juiz ou tribunal declarando a ilegalidade ou nulidade da integralidade da Escritura de Emissão;
- (d) protesto de títulos contra a Emissora cujo valor não pago, individual ou agregado, ultrapasse R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) ou seu equivalente em outras moedas, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora, ou se for suspenso ou cancelado, ou ainda se for validamente contestado em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data do respectivo protesto;

el

u

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



1159661

- (e) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária prevista na presente Escritura de Emissão e no Contrato de Distribuição, não sanado no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do referido descumprimento;
- (f) inadimplemento de qualquer dívida financeira ou qualquer obrigação pecuniária em qualquer acordo ou contrato do qual a Emissora seja parte como mutuária ou garantidora, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) ou seu equivalente em outra moeda;
- (g) fusão, cisão, incorporação e/ou qualquer outra forma de reorganização societária, exceto por (i) determinação legal, ou por requerimento de órgãos reguladores e entidades com as quais a Emissora mantenha relação; ou (ii) se a Emissora mantiver a condução ordinária de seus negócios bem como sua situação econômico-financeira, cumprindo integralmente com suas obrigações contratuais pré-existentes;
- (h) ocorrência de quaisquer eventos, situações e/ou hipóteses que resultem ou possam resultar na perda da gestão operacional da Emissora exercida pela Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A., exceto no caso em que a gestão operacional da Emissora seja transferida para outra sociedade que seja controladora, controlada ou coligada, direta ou indiretamente, da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.;
- (i) alteração do estatuto social da Emissora que implique (i) na concessão de direito de retirada aos acionistas da Emissora; e/ou (ii) na alteração do objeto social da Emissora que modifique a área de atuação da Emissora;
- (j) caso as declarações feitas, nesta data, pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou em qualquer outro documento da Oferta provem-se ou revelem-se falsas, incorretas, inconsistentes e/ou insuficientes. No caso das declarações serem incorretas, inconsistentes e/ou insuficientes, apenas será considerada Evento de Vencimento Antecipado Não-Automático a incorreção, inconsistência e insuficiência da declaração que afete seus aspectos relevantes, gerando impacto negativo nas condições financeiras da Emissora;
- (k) cessão, promessa de cessão ou qualquer forma de transferência ou promessa de transferência a terceiros, pela Emissora, das obrigações assumidas nesta Escritura;



1159662

(l) realização, por qualquer autoridade governamental, de ato com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir compulsoriamente a totalidade ou parte substancial dos ativos, propriedades ou das ações do capital social da Emissora; e

(m) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, alvarás e licenças, inclusive as ambientais, necessárias para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora, observado o disposto na legislação pertinente.

4.15.4. Os valores mencionados nas alíneas (a), (d) e (f) da Cláusula 4.15.3. acima serão reajustados anualmente pelo Índice Geral ao Mercado – IGP-M, calculado pela Fundação Getúlio Vargas.

4.15.5. Na ocorrência de qualquer Evento de Vencimento Antecipado Não-Automático, o Agente Fiduciário deverá publicar edital de convocação de Assembleia Geral de Debenturistas, no prazo de 2 (dois) Dias Úteis a contar da data em que tomar ciência do respectivo evento ou for assim informado por quaisquer dos Debenturistas ou pela Emissora, para deliberar sobre a não declaração de vencimento antecipado das Debêntures.

4.15.6. Na Assembleia Geral de Debenturistas mencionada na Cláusula 4.15.5. acima, que será instalada observado o quorum previsto na Cláusula Sétima desta Escritura de Emissão, os Debenturistas que representem 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação poderão decidir por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures, hipótese na qual o Agente Fiduciário não declarará o vencimento antecipado.

4.15.7. Na hipótese (i) de não instalação da Assembleia Geral de Debenturistas mencionada na Cláusula 4.15.5. acima por falta de quorum, mesmo após segunda convocação, ou (ii) de não ser alcançado o quorum mínimo para deliberação acerca da não declaração de vencimento antecipado, conforme estabelecido na Cláusula 4.15.6. acima, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures.

4.15.8. Em caso de declaração de vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Montante Devido Antecipadamente no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados (i) da ocorrência do respectivo Evento de Vencimento

16

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: EMPRESA DE TRANSMISSAO DO ALTO URUGUAI S A
Nire: 33300287221
Protocolo: 0020144070197 - 28/11/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 02/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 2C8957EBA6C694EA02F16EDD64B7914208DF3D49E3E1BF7F68785E067F6F3CE6
Arquivamento: ED33000581-000/2



1159663

Antecipado Automático, observado o prazo de cura aplicável, ou (ii) do recebimento de notificação enviada pelo Agente Fiduciário neste sentido, conforme aplicável.

4.15.9. Caso seja declarado o vencimento antecipado das Debêntures e, consequentemente, devido o Montante Devido Antecipadamente, nos termos da Cláusula 4.15.8. acima, a Emissora, juntamente com o Agente Fiduciário, deverá comunicar a CETIP sobre a ocorrência do vencimento antecipado, com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência da data de pagamento do Montante Devido Antecipadamente.

4.16. Multa e Juros Moratórios

4.16.1. Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento) e (ii) a juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento.

4.17. Atraso no Recebimento dos Pagamentos

4.17.1. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.16. acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de Remuneração e/ou encargos moratórios a partir da data em que o valor correspondente seja disponibilizado pela Emissora ao Debenturista, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a referida data.

4.18. Local de Pagamento

4.18.1. Os pagamentos decorrentes das Debêntures serão efetuados pela Emissora utilizando-se dos procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures que estiverem eletronicamente custodiadas na CETIP. As Debêntures que não estiverem custodiadas junto à CETIP terão os seus pagamentos realizados por meio do Escriturador Mandatário das Debêntures ou na sede da Emissora.

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



1159664

4.19. Prorrogação dos Prazos

4.19.1. Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das partes até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não houver expediente bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e/ou na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, caso em que não haverá nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação de prazo quando a data de pagamento coincidir com feriado declarado nacional, sábado ou domingo. Para os fins desta Escritura de Emissão, "Dia Útil" ou "Dias Úteis" significa qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional.

4.20. Publicidade

4.20.1. Todos os atos e decisões decorrentes da Emissão e/ou das Debêntures que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser veiculados no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no jornal "Valor Econômico", devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário e à CETIP da realização da publicação, na mesma data de sua publicação.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

5.1. A Emissora está adicionalmente obrigada a:

(a) Fornecer ao Agente Fiduciário:

- (i) no prazo máximo de 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, (a) cópia de suas demonstrações financeiras consolidadas, relativas ao exercício social então encerrado, elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil e com as regras da CVM, acompanhadas do relatório da administração e parecer dos auditores independentes; (ii) cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à Emissora ou aos membros de sua administração, bem como suas respectivas respostas, quando tratar das

18

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: EMPRESA DE TRANSMISSÃO DO ALTO URUGUAI S A
Nire: 33300287221
Protocolo: 0020144070197 - 28/11/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 02/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 2C8957EBA6C694EA02F16EDD64B7914208DF3D49E3E1BF7F68785E067F6F3CE6
Arquivamento: ED33000581-000/2



1159665

demonstrações financeiras, ao sistema de contabilidade, à gestão ou às contas da Emissora; e (iii) declaração assinada por representantes legais da Emissora, na forma do seu estatuto social, atestando: (a) que permanecem válidas as disposições contidas nesta Escritura de Emissão; (b) a não ocorrência de qualquer Evento de Vencimento Antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas; (c) o cumprimento da obrigação de manutenção de órgão para atender aos Debenturistas ou de contratação de instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço, conforme o caso; (d) que não foram praticados atos em desacordo com o estatuto social da Emissora; e (e) organograma do grupo societário da Emissora (contendo, inclusive, os controladores, as controladas, as sociedades de controle comum, as coligadas, e demais sociedades integrantes do mesmo bloco de controle), no encerramento de cada exercício social;

- (ii) no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias após o término de cada trimestre do exercício social, ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro: (i) cópia de suas demonstrações financeiras consolidadas relativas ao respectivo trimestre, elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil e com as regras da CVM, acompanhadas do relatório de revisão especial dos auditores independentes; e (ii) cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à Emissora ou aos membros de sua administração, bem como suas respectivas respostas, quando tratar das demonstrações financeiras, ao sistema de contabilidade, à gestão ou às contas da Emissora;
- (iii) no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos contados do recebimento de solicitação neste sentido, qualquer informação relevante que possa interessar aos Debenturistas ou ao Agente Fiduciário, que venha a lhe ser razoavelmente solicitada por escrito pelo Agente Fiduciário;
- (iv) até no máximo 1 (um) Dia Útil após a publicação, as informações veiculadas na forma prevista na Cláusula 4.21.1. acima; e
- (v) avisos aos titulares de Debêntures, fatos relevantes, assim como atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração da Emissora

19

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



20/11

que, de alguma forma, envolvam interesse dos Debenturistas, no terceiro dia útil após sua publicação ou, se não forem publicados, após a data em que forem realizados.

1159666(b) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, promovendo a publicação das demonstrações financeiras previstas no artigo 176 da Lei das Sociedades por Ações e, pelo menos 1 (uma) vez ao ano, em jornais de grande circulação, dos seguintes documentos, que devem ser complementados com notas explicativas e outros quadros analíticos ou demonstrações contábeis necessárias para o esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício da Emissora:

- (i) balanço patrimonial;
 - (ii) demonstração das mutações do patrimônio líquido;
 - (iii) demonstração do resultado do exercício;
 - (iv) demonstração de fluxo de caixa;
 - (v) parecer da auditoria externa; e
 - (vi) demais documentos que venham a ser exigidos pela legislação pertinente à matéria.
- (c) convocar, nos termos da Cláusula Sétima, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça em 1 (um) Dia Útil da ocorrência do fato que ensejar a convocação;
- (d) informar o Agente Fiduciário sobre a ocorrência de qualquer Evento de Vencimento Antecipado em até 3 (três) Dias Úteis contados da ocorrência do respectivo evento;
- (e) não realizar operações fora do seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;

ul
ll



1159667

230

- (f) notificar imediatamente o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Emissora, bem como quaisquer eventos ou situações que possam afetar negativamente, impossibilitar ou dificultar de forma justificada o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures;
- (g) não praticar qualquer ato em desacordo com o estatuto social e com esta Escritura de Emissão, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os Debenturistas;
- (h) cumprir todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, inclusive no que tange à destinação dos recursos captados por meio da Emissão;
- (i) contratar e remunerar o Agente Fiduciário, o Banco Liquidante e o Escriturador Mandatário;
- (j) manter as Debêntures registradas para negociação no mercado secundário durante o prazo de vigência das Debêntures, arcando com os custos do referido registro;
- (k) efetuar tempestivamente o recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Oferta, desde que sejam legalmente atribuídos à Emissora;
- (l) manter sempre válidas e em vigor as licenças e autorizações relevantes para a boa condução dos negócios da Emissora;
- (m) enquanto as Debêntures estiverem em circulação, cumprir as obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, quais sejam:
 - (i) preparar suas demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
 - (ii) submeter suas demonstrações financeiras à auditoria por auditor registrado na CVM;

ul
u J

21

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: EMPRESA DE TRANSMISSAO DO ALTO URUGUAI S A
Nire: 33300287221
Protocolo: 0020144070197 - 28/11/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 02/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 2C8957EBA6C694EA02F16EDD64B7914208DF3D49E3E1BF7F68785E067F6F3CE6
Arquivamento: ED33000581-000/2



1159668

- (iii) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer de auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social, nos termos da alínea (a) desta Cláusula 5.1.;
- (iv) manter os documentos mencionados na alínea (iii) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
- (v) observar as disposições da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), no que se refere a dever de sigilo e vedações à negociação;
- (vi) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de qualquer Fato Relevante, conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM 358 e comunicar sua ocorrência imediatamente ao Coordenador Líder da Oferta; e
- (vii) fornecer todas as informações solicitadas pela CVM e/ou pela CETIP.

5.2. Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas e posteriormente ressarcidas pela Emissora, mediante a apresentação da respectiva nota fiscal. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias corridos, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

22

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: EMPRESA DE TRANSMISSAO DO ALTO URUGUAI S A
Nire: 33300287221
Protocolo: 0020144070197 - 28/11/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 02/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 2C8957EBA6C694EA02F16EDD64B7914208DF3D49E3E1BF7F68785E067F6F3CE6
Arquivamento: ED33000581-000/2

250



1159669

CLÁUSULA SEXTA – DO AGENTE FIDUCIÁRIO

6.1. A Emissora nomeia e constitui Agente Fiduciário da Emissão, a GDC Partners Serviços Fiduciários Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar os interesses da comunhão dos titulares de Debêntures.

6.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara que:

- (a) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstas na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (b) aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todas as suas cláusulas e condições;
- (c) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (e) não tem qualquer impedimento legal, conforme parágrafo terceiro do artigo 66, da Lei das Sociedades por Ações, para exercer a função que lhe é conferida;
- (f) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983 ("Instrução CVM 28");
- (g) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (h) que os seus representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;

el

u d

23

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: EMPRESA DE TRANSMISSAO DO ALTO URUGUAI S A
Nire: 33300287221
Protocolo: 0020144070197 - 28/11/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 02/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 2C8957EBA6C694EA02F16EDD64B7914208DF3D49E3E1BF7F68785E067F6F3CE6
Arquivamento: ED33000581-000/2



1159670 (j)

- (i) está ciente das disposições da Circular do Banco Central do Brasil n.º 1.832, de 31 de outubro de 1990;
- (j) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, na Data de Emissão, conforme documentos e informações fornecidos pela Emissora; o Agente Fiduciário não conduziu nenhum procedimento de verificação independente quanto à veracidade das informações apresentadas pela Emissora, com o que os Debenturistas, ao subscreverem ou adquirirem as Debêntures, declaram-se cientes e de acordo;
- (k) na data de celebração desta Escritura de Emissão, identificou que presta serviços de agente fiduciário nas seguintes emissões de debêntures:
- (i) 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Segunda Emissão de Debêntures"). No âmbito da Segunda Emissão de Debêntures foram emitidas 8.150 (oito mil cento e cinquenta) debêntures em três séries, sendo 4.250 (quatro mil duzentas e cinquenta) debêntures da primeira série, 2.450 (duas mil quatrocentas e cinquenta) debêntures da segunda série e 1.450 (mil quatrocentas e cinquenta) debêntures da quarta série, totalizando o valor de R\$815.000.000,00 (oitocentos e quinze milhões de reais). As debêntures da Segunda Emissão de Debêntures possuem vencimento em 15 de dezembro de 2015, para a primeira série, 15 de dezembro de 2017, para a segunda série e 15 de dezembro de 2017, para a quarta série. Não foram dados bens em garantia. Até a presente data, não ocorreram quaisquer eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação ou inadimplemento das debêntures da Segunda Emissão de Debêntures; e
- (ii) 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Terceira Emissão de Debêntures"). No âmbito da Terceira Emissão de Debêntures foram emitidas 2.160.000 (dois milhões e cento e sessenta mil) debêntures em três séries, sendo 665.000 (seiscentas e sessenta e cinco mil) debêntures da primeira série, 793.000 (setecentas e noventa e três mil) debêntures da segunda série e 702.000 (setecentas e duas mil) debêntures da terceira série, totalizando o valor de R\$2.160.000.000,00



1159671

27/11

(dois bilhões e cento e sessenta milhões de reais). As debêntures da Terceira Emissão de Debêntures possuem vencimento em 15 de outubro de 2017, para a primeira série, 15 de outubro de 2020, para a segunda série e 15 de outubro de 2024, para a terceira série. Não foram dados bens em garantia. Até a presente data, não ocorreram quaisquer eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação ou inadimplemento das debêntures da Terceira Emissão de Debêntures; e

- (l) além das emissões citadas na alínea "k" acima, o Agente Fiduciário não atuou como agente fiduciário em qualquer outra emissão de valores mobiliários da Emissora, ou de sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora.

6.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento ou até sua efetiva substituição.

6.4. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura de Emissão, a seguinte remuneração:

6.4.1. O valor anual de R\$2.000,00 (dois mil reais), devido o 1º (primeiro) pagamento no prazo de 30 (trinta) dias após a assinatura desta Escritura de Emissão, e os demais pagamentos nos mesmos dias dos anos subsequentes, até o resgate total das Debêntures.

6.4.2. Caso a Emissora não esteja adimplente com todas as suas obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão ou em caso de sua alteração após a subscrição das Debêntures ou realização de Assembleia Geral de Debenturistas, será devido ao Agente Fiduciário uma remuneração adicional correspondente a R\$425,00 (quatrocentos e vinte e cinco reais) por hora-homem de trabalho adicional necessária e comprovadamente executada, seja em sua sede ou fora dela. Caso este trabalho adicional seja desenvolvido em fração de horas, este valor de 1 (uma) hora será *pro-rateado* à razão de 20 (vinte) minutos, mesmo que incompletos, dedicados pelos profissionais designados pelo Agente Fiduciário para (i) a assessoria aos titulares das Debêntures e análise das alterações da Escritura de Emissão e da proposta da Emissora aos Debenturistas, (ii) o comparecimento em reuniões com a Emissora, (iii) o

ul

25

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: EMPRESA DE TRANSMISSAO DO ALTO URUGUAI S A
Nire: 33300287221
Protocolo: 0020144070197 - 28/11/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 02/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 2C8957EBA6C694EA02F16EDD64B7914208DF3D49E3E1BF7F68785E067F6F3CE6
Arquivamento: ED33000581-000/2



1159672

comparecimento em reuniões com os titulares das Debêntures, (iv) a implementação das consequentes decisões dos titulares das Debêntures e da Emissora, e (v) a execução das Debêntures. A remuneração adicional deverá ser paga pela Emissora no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis após o recebimento pela Emissora de relatório demonstrativo de tempo dedicado elaborado pelo Agente Fiduciário, com o valor mínimo de R\$5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais) por mês durante o período em que a Emissora permanecer nesta situação e por reunião/assembleia em que o Agente Fiduciário estiver prestando os trabalhos adicionais aqui previstos.

6.4.3. No caso de eventuais obrigações adicionais do Agente Fiduciário, ou ainda no caso de alteração nas características da Emissão, ficará facultada a revisão dos honorários do Agente Fiduciário.

6.4.4. Os valores previstos acima serão atualizados anualmente pela variação acumulada do IGP-M/FGV a partir de 1º de outubro de 2014.

6.4.5. As remunerações não incluem as eventuais despesas com publicações, taxas, emolumentos, autenticações de documentos, despachantes para obtenção de certidões, registros, cópias xerográficas, ligações interurbanas, transporte, alimentação, viagens e hospedagens, entre outras, que se fizerem necessárias para a prestação dos serviços pelo Agente Fiduciário, a serem cobertas pela Emissora.

6.4.6. Os valores descritos acima serão acrescidos dos tributos incidentes sobre a remuneração (ISS, PIS, COFINS, IR, CSLL e outros que porventura venham a incidir), nas alíquotas vigentes correspondentes ao regime de tributação de lucro real pelas instituições financeiras nas respectivas datas de pagamento, de tal forma que estes valores correspondem a valores líquidos de todos os tributos incidentes sobre a prestação de serviços de agente fiduciário pelas instituições financeiras. As alíquotas totais correspondem, nesta data, a 39,65% (trinta e nove inteiros e sessenta e cinco centésimos por cento).

6.4.7. As remunerações serão devidas mesmo após o vencimento das Debêntures caso o Agente Fiduciário permaneça atuando na cobrança de cumprimento de obrigações da Emissora, e não incluem o pagamento de honorários de terceiros especialistas, tais como auditores independentes, advogados, consultores financeiros, entre outros.



1159673

6.4.8. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora, desde que devidamente comprovadas. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

6.4.9. No caso de atraso no pagamento dos valores devidos ao Agente Fiduciário, os valores em atraso sofrerão os mesmos encargos moratórios aplicáveis às Debêntures.

6.4.10. Caso a totalidade das Debêntures seja resgatada antecipadamente ou a Escritura de Emissão seja extinta antes do seu vencimento, não será efetuada a devolução de qualquer remuneração recebida.

6.4.11. O envio das cobranças de todos os valores devidos pela Emissora será feito com 30 (trinta) dias de antecedência à data de pagamento, e serão apresentados os documentos originais para o reembolso de despesas.

6.5. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;

27

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: EMPRESA DE TRANSMISSAO DO ALTO URUGUAI S A
Nire: 33300287221
Protocolo: 0020144070197 - 28/11/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 02/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 2C8957EBA6C694EA02F16EDD64B7914208DF3D49E3E1BF7F68785E067F6F3CE6
Arquivamento: ED33000581-000/2



1159674(d)

- (c) conservar em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes; neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (h) solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades, as quais deverão ser apresentadas em até 30 (trinta) dias corridos da data de solicitação;
- (i) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;
- (j) convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas, observado o disposto na Cláusula Sétima desta Escritura de Emissão;
- (k) informar a Emissora sobre a convocação de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas, no prazo de até 1 (um) Dia Útil de sua convocação;

30

el

u

o

28

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: EMPRESA DE TRANSMISSAO DO ALTO URUGUAI S A
Nire: 33300287221
Protocolo: 0020144070197 - 28/11/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 02/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 2C8957EBA6C694EA02F16EDD64B7914208DF3D49E3E1BF7F68785E067F6F3CE6
Arquivamento: ED33000581-000/2



1159675


30

- (l) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (m) elaborar relatórios destinados aos Debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as informações listadas abaixo. Para tanto, a Emissora obriga-se desde já a informar e enviar todos os dados financeiros, organograma do grupo societário da Emissora (contendo, inclusive, os controladores, as controladas, as sociedades de controle comum, as coligadas, e demais sociedades integrantes do mesmo bloco de controle, no encerramento de cada exercício social), bem como atos societários necessários à realização do relatório aqui citado, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 40 (quarenta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização do relatório na CVM:
- (i) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (ii) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;
 - (iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
 - (iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (v) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
 - (vi) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário da Emissão;
 - (vii) resgate, amortização e pagamento de Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;

el

ll

29


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: EMPRESA DE TRANSMISSAO DO ALTO URUGUAI S A
Nire: 33300287221
Protocolo: 0020144070197 - 28/11/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 02/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 2C8957EBA6C694EA02F16EDD64B7914208DF3D49E3E1BF7F68785E067F6F3CE6
Arquivamento: ED33000581-000/2



1159676

3211

- (viii) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da emissão das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora; e
- (ix) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas pela Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), itens 1 a 7, da Instrução CVM 28;
- (n) disponibilizar o relatório a que se refere o inciso anterior aos Debenturistas até o dia 30 de abril de cada ano. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:
 - (i) na sede da Emissora;
 - (ii) na sede do Agente Fiduciário;
 - (iii) na CVM;
 - (iv) na CETIP; e
 - (v) na sede do Coordenador Líder.
- (o) publicar, às expensas da Emissora e mediante sua prévia autorização em relação aos custos envolvidos, nos órgãos de imprensa previstos na Cláusula 4.21.1. acima, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados na Cláusula anterior;
- (p) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, ao Escriturador Mandatário e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora expressamente autoriza, desde já, o Escriturador Mandatário, o Banco Liquidante e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referentes à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;

ul

h d

30

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: EMPRESA DE TRANSMISSAO DO ALTO URUGUAI S A
Nire: 33300287221
Protocolo: 0020144070197 - 28/11/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 02/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 2C8957EBA6C694EA02F16EDD64B7914208DF3D49E3E1BF7F68785E067F6F3CE6
Arquivamento: ED33000581-000/2



1159677

331

- (q) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, inclusive daquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer, informado prontamente aos Debenturistas as eventuais inadimplências verificadas;
- (r) notificar os Debenturistas individualmente ou, caso não seja possível, por meio de aviso publicado nos jornais mencionados na Cláusula 4.21.1 acima, no prazo máximo de 30 (trinta) Dias Úteis contados da data em que tomar ciência da ocorrência ou da data em que o evento se tornar público, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor de ser enviada à CVM e à CETIP.
- (s) divulgar as informações referidas no item "ix" da alínea "m" acima em sua página na rede mundial de computadores tão logo delas tenha conhecimento; e
- (t) acompanhar com o Banco Liquidante na data de pagamento da Remuneração, o integral e pontual pagamento dos valores devidos, conforme estipulado na presente Escritura de Emissão.

6.5.1. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração.

6.6. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos titulares das Debêntures na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura de Emissão;
- (b) requerer a falência da Emissora;
- (c) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos Debenturistas; e

el

R

7

31

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: EMPRESA DE TRANSMISSAO DO ALTO URUGUAI S A
Nire: 33300287221
Protocolo: 0020144070197 - 28/11/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 02/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 2C8957EBA6C694EA02F16EDD64B7914208DF3D49E3E1BF7F68785E067F6F3CE6
Arquivamento: ED33000581-000/2



- (d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial, intervenção ou liquidação da Emissora.

1159678

6.6.1. O Agente Fiduciário, observado o disposto na Cláusula 4.15. desta Escritura de Emissão, somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a) a (d) acima, se a Assembleia Geral de Debenturistas assim o autorizar, observado o disposto na Cláusula 4.15.5. acima.

6.7. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias corridos antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará em remuneração ao novo Agente Fiduciário superior à ora avençada.

6.7.1. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

6.7.2. É facultado aos titulares de Debêntures, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

6.7.3. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto.

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



1159679

350

6.7.4. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e ao atendimento dos requisitos previstos na Instrução CVM n.º 28 e eventuais normas posteriores aplicáveis.

6.7.5. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura de Emissão, o qual deverá ser registrado nos termos da Cláusula 2.3.1. acima.

6.7.5.1. O Agente Fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos Debenturistas em forma de aviso nos termos da Cláusula 4.21.1 acima.

6.7.6. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

7.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

7.2. A convocação se dará mediante anúncio publicado, pelo menos, 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa referidos na Cláusula 4.21.1 desta Escritura de Emissão, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.

7.3. As Assembleias Gerais de Debenturistas deverão ser realizadas, em primeira convocação, no prazo mínimo de 15 (quinze) dias contados da data da primeira convocação, ou, não se realizando a Assembleia Geral em primeira convocação, em, no mínimo, 8 (oito) dias contados da data da segunda convocação.

7.4. A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora ou por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação.

ul

ll

33

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: EMPRESA DE TRANSMISSAO DO ALTO URUGUAI S A
Nire: 33300287221
Protocolo: 0020144070197 - 28/11/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 02/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 2C8957EBA6C694EA02F16EDD64B7914208DF3D49E3E1BF7F68785E067F6F3CE6
Arquivamento: ED33000581-000/2



1159680

7.5. Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações a respeito das assembleias gerais de acionistas.

7.6. A Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação, e, em segunda convocação, com qualquer número.

7.7. Cada Debênture conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, sendo admitida a constituição de mandatários, titulares de Debêntures ou não.

7.8. Para efeito da constituição do *quorum* de instalação e/ou deliberação a que se refere esta Cláusula Sétima, serão consideradas "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures em circulação no mercado, excluídas as Debêntures que a Emissora possuir em tesouraria, ou que sejam de propriedade de seus controladores ou de qualquer de suas controladas ou coligadas, bem como dos respectivos diretores ou conselheiros e respectivos cônjuge. Para efeitos de *quorum* de deliberação não serão computados, ainda, os votos em branco.

7.9. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas.

7.10. O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

7.11. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pelos demais Debenturistas, se for o caso, ou àquele que for designado pela CVM.

7.12. As alterações relativas a (i) Remuneração; (ii) Data de Pagamento da Remuneração; (iii) prazo de vencimento das Debêntures; (iv) valores e datas de amortização das Debêntures; (v) Eventos de Vencimento Antecipado; e/ou (vi) *quorum* de deliberação previstos nesta Escritura de Emissão, dependerão da aprovação de Debenturistas que representem pelo menos 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação.

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: EMPRESA DE TRANSMISSAO DO ALTO URUGUAI S A
Nire: 33300287221
Protocolo: 0020144070197 - 28/11/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 02/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 2C8957EBA6C694EA02F16EDD64B7914208DF3D49E3E1BF7F68785E067F6F3CE6
Arquivamento: ED33000581-000/2



7.13. Exceto conforme estabelecido na Cláusula 7.12 acima e nas demais disposições desta Escritura de Emissão, as deliberações serão tomadas por Debenturistas que representem a maioria das Debêntures em Circulação.

1159681

7.14. O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais para prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA

8.1. A Emissora neste ato declara e garante ao Agente Fiduciário que, na data da assinatura desta Escritura de Emissão:

- (a) é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de companhia fechada de acordo com a regulamentação aplicável;
- (b) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir todas as obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações aqui e ali estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor e efeito;
- (d) esta Escritura de Emissão constitui obrigação legal, válida e vinculante da Emissora, exequível de acordo com seus termos e condições;
- (e) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem o estatuto social da Emissora, qualquer disposição legal, ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral, contrato ou instrumento do qual seja parte, nem irá resultar em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer de seus ativos ou bens; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (f) possui todas as autorizações relevantes expedidas por todas as autoridades competentes, necessárias para conduzir seu negócio, assim como não recebeu

35

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: EMPRESA DE TRANSMISSÃO DO ALTO URUGUAI S A
Nire: 33300287221
Protocolo: 0020144070197 - 28/11/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 02/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 2C8957EBA6C694EA02F16EDD64B7914208DF3D49E3E1BF7F68785E067F6F3CE6
Arquivamento: ED33000581-000/2



1159682

- nenhuma notificação relacionada à revogação ou à modificação de qualquer concessão que, se for objeto de uma decisão, determinação ou sentença contrária, teria o efeito de causar um prejuízo relevante e objetivamente apurável;
- (g) não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário, e não tem conhecimento de qualquer fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- (h) possui estrutura de contratos e demais acordos existentes necessários para assegurar à Emissora a manutenção das suas condições atuais de operação e funcionamento;
- (i) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento pela Emissora de suas obrigações nos termos da presente Escritura de Emissão, ou para a realização da Emissão, respectivamente, exceto (i) pelo arquivamento da RCA e da AGE na Junta Comercial competente; (ii) pela publicação da RCA e da AGE; (iii) pelo arquivamento da Escritura na Junta Comercial competentes; e (iv) pelo registro da Emissora e das Debêntures junto à CETIP e à ANBIMA, exclusivamente para fins de informar a base de dados da ANBIMA, conforme aplicável;
- (j) as demonstrações financeiras da Emissora apresentam de maneira adequada a situação financeira da Emissora nas datas a que se referem, tendo sido devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil. Desde a data das demonstrações financeiras mais recentes, não houve nenhum impacto adverso relevante na situação financeira e nos resultados operacionais da Emissora, não houve qualquer operação envolvendo a Emissora fora do curso normal de seus negócios, que seja relevante para a Emissora, não houve qualquer alteração no capital social ou aumento substancial do endividamento da Emissora;
- (k) não tem conhecimento da existência de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou investigação pendente ou iminente envolvendo a Emissora perante qualquer tribunal, órgão governamental ou árbitro, que possa causar um impacto adverso relevante na sua situação

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



1159683

(l)

financeira ou nas suas operações, além daqueles mencionados nas demonstrações financeiras disponibilizadas pela Emissora;

- está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios e que sejam relevantes para a execução das atividades da Emissora, exceto com relação àquelas leis e regulamentos que estejam sendo contestados de boa-fé pela Emissora, para as quais a Emissora possua provimento jurisdicional vigente autorizando sua não observância;
- (m) cumpre as disposições substanciais contidas na legislação ambiental em vigor, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias cabíveis destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados decorrentes da atividade descrita em seu objeto social. A Emissora obriga-se, ainda, a preservar o meio ambiente e atender às determinações substanciais pertinentes dos órgãos municipais, estaduais e federais que subsidiariamente venham a legislar ou regulamentar normas ambientais em vigor;
- (n) os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário são substancialmente corretos e estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre a Emissora, tendo sido disponibilizadas informações sobre as transações relevantes da Emissora, bem como sobre os direitos e obrigações materialmente relevantes delas decorrentes;
- (o) tem conhecimento de que a Emissora não poderá realizar outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data da comunicação à CVM do encerramento da Oferta, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;
- (p) não omitiu qualquer fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar, conforme entendimento razoável da Emissora, em alteração substancial na situação econômico-financeira ou jurídica da Emissora em prejuízo dos Debenturistas; e
- (q) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra grupo”, divulgadas pela CETIP, e que a forma de cálculo da

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



1159684

Remuneração das Debêntures foi acordada por livre vontade entre a Emissora e o Coordenador Líder, em observância ao princípio da boa-fé. e

CLÁUSULA NONA – DAS NOTIFICAÇÕES

9.1. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão, deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

ETAU – EMPRESA DE TRANSMISSÃO DO ALTO URUGUAI S.A.

Praça XV de Novembro, n.º 20, sala 602 (parte)

CEP 20010-010 – Rio de Janeiro, RJ

At.: Sr. Marcio Augusto Vasconcelos Nunes

Telefone: (21) 2212-6303

Fac-símile: (21) 2212-6041

E-mail: marcio.nunes@brasnorteenergia.com.br

Para o Agente Fiduciário:

GDC PARTNERS SERVIÇOS FIDUCIÁRIOS DTVM LTDA.

Avenida Ayrton Senna n.º. 3.000, parte 3, bloco Itanhangá, sala 3.105

CEP 22.775-003 – Rio de Janeiro, RJ

At.: Sr. Juarez Dias Costas ou Sra. Juliana Vieira Cioni

Telefone: (21) 2490-4305

Fac-símile: (21) 2490-3062

E-mail: gdc@gdcdtvm.com.br

Para o Banco Liquidante

ITAÚ UNIBANCO S.A.

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, Torre Olavo Setúbal

CEP 04.344-902 – São Paulo, SP

At.: Sr. Luiz Andre Negrin Petitto

Telefone: (11) 2797-4447

Fac-símile: (11) 2797-3140

E-mail: luiz.petitto@itau-unibanco.com.br

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: EMPRESA DE TRANSMISSAO DO ALTO URUGUAI S A
Nire: 33300287221
Protocolo: 0020144070197 - 28/11/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 02/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 2C8957EBA6C694EA02F16EDD64B7914208DF3D49E3E1BF7F68785E067F6F3CE6
Arquivamento: ED33000581-000/2



Escriturador Mandatário:

ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.400, 10º andar

CEP 04.538-132 – São Paulo, SP

1159685 At.: Sr. Luiz Andre Negrin Petito

Telefone: (11) 2797-4447

Fac-símile: (11) 2797-3140

E-mail: luiz.petito@itau-unibanco.com.br

9.2. As comunicações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra parte pela parte que tiver seu endereço alterado.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.


10.2. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes por si e seus sucessores.

10.3. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por

ul

R Nf

39


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: EMPRESA DE TRANSMISSÃO DO ALTO URUGUAI S A
Nire: 33300287221
Protocolo: 0020144070197 - 28/11/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 02/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 2C8957EBA6C694EA02F16EDD64B7914208DF3D49E3E1BF7F68785E067F6F3CE6
Arquivamento: ED33000581-000/2



1159686

tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.4. A presente Escritura de Emissão e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e as obrigações nelas encerradas estão sujeitas a execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes, do Código de Processo Civil.

10.5. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

10.6. Os prazos estabelecidos na presente Escritura de Emissão serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.

E por estarem assim justas e contratadas, celebram a presente Escritura de Emissão a Emissora e o Agente Fiduciário, em 3 (três) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Rio de Janeiro, 27 de novembro de 2014.

[restante da página intencionalmente deixado em branco]

930



1159687

Página de assinatura 1/2 do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da ETAU – Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.

ETAU – EMPRESA DE TRANSMISSÃO DO ALTO URUGUAI S.A.

Marcio Nunes

Nome: MARCIO AUGUSTO VASCONCELOS NUNES
Cargo: DIRETOR GERAL

Nelson Gravino

Nome: NELSON GRAVINO
Cargo: DIRETOR TÉCNICO

h

41

Bernardo F. S. Berwanger
Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: EMPRESA DE TRANSMISSAO DO ALTO URUGUAI S A
Nire: 33300287221
Protocolo: 0020144070197 - 28/11/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 02/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 2C8957EBA6C694EA02F16EDD64B7914208DF3D49E3E1BF7F68785E067F6F3CE6
Arquivamento: ED33000581-000/2




1159688

Página de assinatura 2/2 do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da ETAU – Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.


GDC PARTNERS SERVIÇOS FIDUCIÁRIOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.


Nome:

Cargo:


Sergio Alberto Rosenwald
Diretor
RG: 2.012.038 IFP
CPF: 030.007.457-34

Testemunhas:


Nome: RENATO LUIS PINTO FERNANDES
CPF: 08478436710


Nome: ANDRÉ VALDEVINO DE ARAÚJO
CPF: 002.852.297-45